

PNLD Educação Infantil uma Nova Proposição Curricular: Análise dos Editais de Convocação nº 01/2017 e nº 02/2020

Josiane Neves da Silva Sant'Anna

141ª Defesa:

07 de junho de 2021

Membros da Banca Examinadora:

Profa. Dra. Rosânia Campos (Orientadora/UNIVILLE)

Profa. Dra. Maria Carmen Silveira Barbosa (UFRGS)

Profa. Dra. Aliciene Fusca Machado Cordeiro (membro interno/UNIVILLE)

RESUMO

A pesquisa “PNLD Educação Infantil uma nova proposição curricular: análise dos editais de convocação nº 01/2017 e nº 02/2020”, apresenta-se no âmbito da linha de pesquisa de Políticas e Práticas Educativas do Mestrado em Educação da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE - e compõe o “projeto guarda-chuva” do Grupo de Pesquisas em Políticas e Práticas Educativas para a Educação e Infância – GPEI, o qual busca analisar a relação público-privado nas políticas públicas para educação infantil. A investigação tem como objetivo analisar a política do livro didático para a educação infantil, de modo a compreender os seus desdobramentos. Nesta perspectiva, por meio da análise documental, procuramos a) discutir sobre as construções curriculares para a educação infantil; b) conhecer e mapear os documentos que delinearam a trajetória do livro didático para a educação infantil; c) analisar os textos que compõem a política do livro didático para a educação infantil; d) identificar, nos textos que compõem a política do livro didático para a educação infantil, as tessituras para a elaboração dos livros; e) conhecer e mapear como aconteceu o processo de seleção dos livros didáticos para a educação infantil na esfera nacional. Os objetivos propostos nesta pesquisa foram alcançados à luz de pressupostos teórico-metodológicos da abordagem qualitativa, através de uma análise de documentos, tendo como base epistemológica o materialismo histórico dialético. Para análise dos documentos, nos aproximamos da metodologia de análise crítica de discurso de Fairclough (2008), além disso, na análise dos documentos foram realizados diálogos com autores como Apple (2003, 2006), Barbosa (2006, 2009), Bittencourt (1993, 2004), Cassiano (2007), Freire (1970, 1996, 1997, 2001), Höfling (1993, 2000), Lajolo (1996), Kuhlmann (1998) e Sacristan (1998, 2013) que fundamentam esta investigação nas abordagens teóricas sobre currículo, políticas curriculares e educação infantil. Com a investigação realizada no Decreto Nº 9.099/2017, no Edital de Convocação 01/2017 – CGPLI e no Edital de Convocação 02/2020 – CGPLI, foi possível verificar muitas diferenças e descontinuidades entre um documento e outro, além de constatar a subordinação dos livros didáticos à defesa de um determinado projeto societário, que na conjuntura atual, apoia-se em uma agenda conservadora de direita, articulada com o projeto de Estado neoliberal. Desta forma, a política nacional do livro didático é também alvo de disputas entre editoras ao se considerar os montantes monetários envolvidos nesta política. Quanto à autonomia e autoria docente frente à interferência dos livros didáticos, como ferramenta dos currículos, é algo que se efetiva, ou não, dado o repertório e conhecimento docente acerca dos conceitos e concepções que norteiam a educação infantil, no nosso entendimento, isto se dá com formação continuada de professores/as. Importante observar que, no entanto, é contra indicado pensar em termos dicotômicos

sobre o PNLD, pois ao considerar a realidade brasileira, suas francas desigualdades, por vezes o manual do professor, como pensado no edital de 2017, pode ser um instrumento a mais para elaboração e reflexão dos encontros. Mas, esta questão torna-se mais complexa com a opção governamental de distribuir livros para as crianças, pois na tradição escolar brasileira isso está muito marcado pela lógica de educação bancária ainda hegemônica no país.

Palavras-chave: Políticas públicas. Educação Infantil. Livro didático para a Educação Infantil. Currículo para Educação Infantil.